

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro de Atenção Psico Social - CAPS Itapeva

CNPJ n.º 61.699.567/0014-07
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Centro Psicossocial CAPS Itapeva**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2019. São Paulo, 28/02/2019. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da S.P.D.M.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2018 e 2017 - Valores em Reais		
Ativo	2018	2017
Ativo Circulante	5.259.316,47	4.143.611,69
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	222.978,03	77.885,23
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	64.690,72	43.422,48
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	158.287,31	34.462,75
Contas a Receber (Nota 3.3)	4.793.289,27	3.905.644,19
Valor a Receber Secretária Saúde do Estado São Paulo. (Nota 3.3.1)	3.113.300,00	2.307.500,00
Valor em Negociação - Contrato/Convênio (Nota 3.3.3)	453.364,42	453.364,42
Estimativa de Rescisão Contratual(Nota 3.3.2)	1.226.624,85	1.144.779,77
Outros Créditos (Nota 3.4)	130.756,09	36.430,55
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.2)	10.486,00	-
Antecipações salariais	572,28	572,28
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	13.321,24	34.447,65
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	106.376,57	1.410,62
Despesas Pagas Antecipadamente	9.038,78	9.145,13
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.6)	9.038,78	9.145,13
Estoques	103.254,30	114.506,59
Materiais e Medicamentos (Nota 3.5)	103.254,30	114.506,59
Ativo não Circulante	61.254,55	119.116,80
-Bens Móveis	18.732,88	36.221,09
Bens de Terceiros (Nota 3.7)	467.011,30	467.011,30
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1)	(448.278,42)	(430.790,21)
-Ativo Intangível (Nota 3.7.1)	42.521,67	82.895,71
Intangível de Terceiros (Nota 3.7.1)	201.830,00	201.830,00
Ajuste vida útil-Intangível Terceiros(Nota 3.7.1)	(159.308,33)	(118.934,29)
Total do Ativo	5.320.571,02	4.262.728,49

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2018 e 2017 - Valores em Reais		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variáveis nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(887.645,08)	(1.141.023,23)
(Aumento) Redução outros créditos	(94.325,54)	(247.900,83)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	106,35	78,10
(Aumento) Redução em estoques	16.739,72	(873,84)
Aumento (Redução) em fornecedores	(137.146,85)	260.177,49
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/contratos de gestão	1.045.577,39	135.690,98
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	201.786,81	517.473,81
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(57.862,25)	(61.291,61)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(87.230,55)	(41.867,47)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	(57.862,25)	61.291,61
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	57.862,25	(61.291,61)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	-	-
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	145.092,80	19.424,14
No início do período	77.885,23	58.461,09
No final do período	222.978,03	77.885,23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Cap. II, Art. 4º, Inc. IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde". Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **Características da Unidade Gerenciada:** O CAPS tem como finalidade a integralidade no tratamento de pessoas que sofrem com transtornos mentais - psicose, neuroses graves e demais quadros cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida, oferecendo aos usuários alimentação, atendimento multiprofissional, conforme descrito na portaria 336 e Lei 10216. Em 28/12/2016 **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** e a Secretaria de Estado da Saúde firmou o Convênio nº 812/2016 conforme publicação do D.O.U de 19/01/2017. Esse convênio tem por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços assistências à saúde prestada aos usuários o SUS na região com aporte de recursos financeiros para conveniada, para apoio a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro de Atenção Psicossocial. O convênio inicial possuía o prazo 12 meses com vigência de 02/01/2017 a 31/12/2017, no valor global de R\$ 7.800.000,00. No Ano de 2018, a convênio foi prorrogado até 31/12/2018 e foram firmados 3 termos aditivos ao convênio 812/2018 T.A 01/2018 no valor de R\$ 3.900.000,00 publicado DOU 03/02/2018 o T.A 02/2018 no valor de R\$ 792.000,00 e publicado em 21/04/2018 e o T.A 03/2018 no valor de R\$ 3.900.000,00 publicado em 10/08/2018. Secretária da Saúde do Estado de São Paulo Único de Saúde (SUS) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Con-

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2018 e 2017 - Valores em Reais		
Passivo	2018	2017
Passivo Circulante	5.259.316,47	4.143.611,69
Fornecedores (Nota 3.8)	52.106,31	92.033,20
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	103.565,31	199.737,51
Salários a pagar (Nota 3.10)	288.400,77	243.368,83
Contribuições a recolher (Nota 3.11)	72.216,34	60.406,59
Provisão de férias (Nota 3.12)	458.280,56	410.928,85
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	36.501,88	32.844,52
Provisão PIS/Férias (Nota 3.12)	4.582,80	4.109,31
Estimativa de Rescisão Contratual(Nota 3.3.2)	1.226.624,85	1.144.779,77
Empréstimo a funcionário	-	-
Lei 10.820/03(Nota 3.15)	11.504,62	10.207,64
Impostos a recolher (Nota 3.13)	119.447,62	103.654,48
Obrigações Tributárias (Nota 3.14)	16.707,03	15.022,19
Acordo Trabalhista a Pagar	-	2.250,00
Outras contas a pagar (Nota 3.16)	5.790,61	6.294,88
Estrutura SPDM	-	9.541,97
Baixa de Obrigações com Materiais Terceiros (Nota 3.18)	56.043,03	50.555,60
Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.17)	2.803.453,74	1.757.876,35
Estrutura SPDM	4.091,00	-
Passivo não Circulante	61.254,55	119.116,80
Obrigações-Bens Móveis de terceiros(Nota 3.7)	668.841,30	668.841,30
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7.1)	(607.586,75)	(549.724,50)
Total do Passivo	5.320.571,02	4.262.728,49
Patrimônio Líquido (Nota 5)	-	-
Resultado do Exercício (Nota 6)	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	5.320.571,02	4.262.728,49

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2018 e 2017 - Valores em Reais		
Descrição	2018	2017
1 - RECEITAS	9.067.596,42	9.211.043,95
1.1) Prestação de serviços	7.560.578,81	7.673.015,47
1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	66,00	170,80
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	1.506.951,61	1.537.857,68
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	2.079.728,80	2.009.327,87
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	450.520,05	537.684,71
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.559.715,99	1.453.332,49
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	384,98	4.912,76
2.4) Outros	69.107,78	13.397,91
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	6.987.867,62	7.201.716,08
4 - Retenções	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	6.987.867,62	7.201.716,08
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	112,62	31.756,75
6.1) Receitas financeiras	112,62	31.756,75
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	6.987.980,24	7.233.472,83
8 - Distribuição do Valor Adicionado	6.987.980,24	7.233.472,83
8.1) Pessoal e encargos	5.409.111,36	5.644.275,61
8.2) Impostos, taxas e contribuições	3.169,25	2.391,56
8.3) Juros	-	-
8.4) Aluguéis	68.748,02	48.947,98
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	1.506.951,61	1.537.857,68
8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	-	-

tábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Atenção Psicossocial Caps Itapeva - Rua Itapeva, 700 - Cerqueira Cesar - São Paulo - SP CEP 01332-000 - CNPJ n.º 61.699.567/0014-07. **3 - Principais Práticas Contábeis:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária e aplicação oficial e representam em 31.12.2018 o montante de R\$ 3.715,76 conforme demonstrado no quadro abaixo.**

	31.12.2018-R\$	31.12.2017-R\$
Saldos em Bancos	64.690,72	43.422,48
Saldos Aplicação Financeira	158.287,31	34.462,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	222.978,03	77.885,23

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2018 e 2017 - Valores em Reais		
Receitas Operacionais com Restrições	2018	2017
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições	9.067.530,42	9.210.873,15
Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	7.536.011,92	7.664.309,02
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	1.280.871,23	1.307.928,41
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.2)	226.080,38	229.929,27
Trabalho Voluntário (Nota 9.3)	2.249,89	8.706,45
Outros Trabalhos Voluntários (Nota 9.3)	1,64	-
Estrutura SPDM	22.315,36	-
(+) Outras Receitas com Restrições	178,62	31.927,55
Financeiras	112,62	31.756,75
Doações	66,00	170,80
(=) Receita Líquida com Restrições Custos e Despesas	9.067.709,04	9.242.800,70
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (Nota 4.2)	4.198.244,24	4.574.967,00
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.418.245,92	2.717.846,13
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	768.337,76	702.634,05
(-) Mercadorias	450.520,05	537.684,71
(-) Tributos	784,15	-
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	560.354,72	616.802,11
(-) Outros Trabalhos Voluntários (Nota 9.3)	1,64	-
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	4.869.464,80	4.610.280,89
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	4.869.464,80	4.610.280,89
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.988.613,91	2.917.723,03
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	815.226,66	710.650,26
(-) Mercadorias	44.899,59	31.443,35
(-) Tributos	2.385,10	2.391,56
(-) Financeiras	15.537,06	13.397,91
(-) Despesas Bens Permanentes	384,98	4.912,76
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	720.516,51	691.126,30
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.2)	226.080,38	229.929,27
(-) Trabalho Voluntário (Nota 9.3)	2.249,89	8.706,45
(-) Estrutura SPDM	53.570,72	-
(-) Outras Despesas com Restrições	-	57.552,81
(-) Outras despesas financeiras	-	57.552,81
(-) Estrutura SPDM	-	-
Total das Despesas	9.067.709,04	9.242.800,70
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições	-	-

3.2- Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2018 tais valores representam o montante de R\$ 158.287,31.

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa %	31/12/2018	31/12/2017
Bradesco 22079	CDB	Taxa PCT = 5,000 * do CDI	446,34	6.882,45
Banco do Brasil 112.431-5	CDB	Renda Fixa Taxa 85%	1.003,42	27.580,30
Banco do Brasil 112.431-5	CDB	Renda Fixa Taxa 85%	156.670,42	-
Bradesco 22079	FIC	Renda Fixa Refer Taxa 0,25% Mês	64,68	-
Bradesco 22079	FIC	Renda Fixa Simples 0,33% Mês	102,45	-
Total			158.287,31	34.462,75

3.3-Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução Nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1-Valor a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2018 representam valores a receber, relativos ao 01/06/2016 (R\$ 682.500,00), 812/2016 (R\$ 1.007.500,00), T.A 01/2018 ao Convênio 816/2016 (R\$ 195.000,00), T.A 02/2018 ao Convênio 812/2016 e o T.A 03/2018 ao Convênio 812/2016 (R\$ 815.500,00) proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizam R\$ 3.113.300,00. **3.3.2-Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa

continuação		
Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2018	31.12.2017
Materializados no setor de Nutrição	2.404,81	7.238,43
Materializados no setor de Farmácia	4.394,80	5.245,26
Materializados de Almozarifado/Empréstimos	40.411,66	51.467,30
Matérias terceiros	56.043,03	50.555,60
Total	103.254,30	114.506,59

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **3.5.1-Materiais de Terceiro em nosso Poder:** Matérias de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder.

Descrição	Posição em 31/12/2018	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2017
Imobilizado-Bens de Terceiros	664.114,30	-	-	664.114,30
Bens Móveis	664.114,30	-	-	664.114,30
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	18.513,67	-	-	18.513,67
Equipamentos Processamento de Dados	264.285,72	-	-	264.285,72
Mobiliário em Geral	91.950,46	-	-	91.950,46
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	36.829,55	-	-	36.829,55
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	599,00	-	-	599,00
Aparelhos e Utensílios Domesticos	16.896,98	-	-	16.896,98
Maquinas e Equipamentos de Natureza Indl	2.741,99	-	-	2.741,99
Equipamentos para Audio Video e Foto	34.435,93	-	-	34.435,93
Maquinas Ferramentas e Aparelhos de Oficina	348,00	-	-	348,00
Outros Materiais Permanentes	410,00	-	-	410,00
Software	201.830,00	-	-	201.830,00
Total Imobilizado - Terceiros	664.114,30	-	-	664.114,30

Descrição	Posição em 31/12/2017	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2018	%
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(549.724,50)	(57.862,25)	(607.586,75)	
Bens Móveis	(549.724,50)	(57.862,25)	(607.586,75)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	(17.981,68)	(531,99)	(18.513,67)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(257.014,01)	(4.156,59)	(261.170,60)	20
Mobiliário em Geral	(78.435,90)	(5.190,50)	(83.626,40)	10
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(30.061,28)	(3.143,11)	(33.204,39)	10
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(599,00)	-	(599,00)	10
Aparelhos e Utensílios Domesticos	(12.860,82)	(1.145,51)	(14.006,33)	10
Maquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(2.513,48)	(228,51)	(2.741,99)	10
Equipamentos para Audio Video e Foto	(30.607,16)	(3.050,88)	(33.658,04)	10
Maquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(324,80)	(23,20)	(348,00)	10
Outros Materiais Permanentes	(392,08)	(17,92)	(410,00)	10
Software	(118.934,29)	(40.374,04)	(159.308,33)	20
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(549.724,50)	(57.862,25)	(607.586,75)	

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.7.1-Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

3.8-Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9-Serviços de Terceiros PF/PJ:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções, etc. **3.10-Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11-Contribuições e recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujos, os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.12-Provisão Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salários):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas, detalhado abaixo:

Descrição	31/12/2018-R\$	31/12/2017-R\$
Provisão de Férias	458.280,56	410.928,85
Provisão de FGTS S/ Férias	36.501,88	32.844,52
Provisão PIS S/Férias	4.582,80	4.109,31
3.13-Imposto a recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. 3.14 - Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o § 1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. Os valores a pagar ao final do exercício de 2018 estão demonstrados abaixo:		
Descrição	31/12/2018-R\$	31/12/2017-R\$
INSS	6.103,16	6.057,31
ISS	1.667,22	1.230,32
IRRF	975,30	781,99
CSLL/PIS/COFINS	7.645,87	6.646,12
Outras Taxas Municipais	315,48	306,45

SPDM - CAPS Itapeva									
Contingências - Passivas - R\$									
Trabalhista			Cível			Tributária			
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	
-	-	-	-	50.000,00	-	-	-	-	

3.21-Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.22-Apuração do resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **3.23-Bens de Terceiros:** Vide nota explicativa 3.7. **4-Origem e Aplicação dos Recursos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.1-Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2-Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e

3.6-Despesas Pagas Antecipadamente: As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. **3.7- Imobilizado - Bens de Terceiro:** O imobilizado do Centro de Atenção Psico Social CAPS Itapeva é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018-R\$	31/12/2017-R\$
Serviços Terceiros Pessoa Física	2.367,25	1.319,49
Provisão de Despesas	5.790,61	15.836,85
Total	8.157,86	17.156,34

3.15-Empréstimos de Funcionários: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2018 representa R\$ 10.207,64. **3.16-Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição.

Descrição	31/12/2018-R\$	31/12/2017-R\$
Serviços Terceiros Pessoa Física	2.367,25	1.319,49
Provisão de Despesas	5.790,61	15.836,85
Total	8.157,86	17.156,34

3.17-Convênios /Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2017 representa R\$ 1.757.876,35 (Um milhão Setecentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos). **3.18-Materiais de Terceiro em nosso Poder:** Vide Nota 3.5.1. **3.19-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20-Contingências Passivas. (Trabalhistas/Civil/Tributária):** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de serviços em 2018, a SPDM acumulou passivos resultantes de ações cíveis cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante foi de R\$ 50.000,00 e para Trabalhista e civil cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 0,00.

SPDM - CAPS Itapeva									
Contingências - Passivas - R\$									
Trabalhista			Cível			Tributária			
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	
-	-	-	-	50.000,00	-	-	-	-	

classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2018 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 66,00 enquanto que em 2017 foi de R\$ 170,80. **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

Convênios/T.A	R\$
Convênio 816/2016 - Centro de Atenção Psico Social CAPS Itapeva	617.500,00
T.A 01/2018 ao Convênio 812/2016 - Centro de Atenção Psico Social CAPS Itapeva	3.705.000,00
T.A 02/2018 ao Convênio 812/2016 - Centro de Atenção Psico Social CAPS Itapeva	376.200,00

T.A 03/2018 ao Convênio 812/2016 - Centro de Atenção Psico Social CAPS Itapeva	3.087.500,00
Total	7.786.200,00

5-Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado. Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2017 e 2018, respectivamente. **6-Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a instituição reconheceu repasses em conformidade com o convênio e outras receitas (incluindo rendimentos, descontos e abatimentos) no montante de R\$ 7.798.283,29 (Sete milhões, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 7.558.505,90 (Sete Milhões, Quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e cinco reais e noventa centavos), considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 239.777,39 (Duzentos e trinta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais, e trinta e nove centavos). Esse Superávit ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do convênio. **6.1 Nota de Ênfase:** O resultado operacional superavitário, dá se pelo ao fato da redução de custos na no exercício de 2018. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Centro de Atenção Psicossocial CAPS Itapeva apresentou em 2018 a seguinte produção:

Produção - 2018		SUS
Linha de Atendimento		
CAPS		
Consulta médicas		11.590
Consultas não médicas		48.635
Ações de Reabilitação Psicossocial		3.599
Acolhimento inicial/diurno de pacientes		18.716
Atenção às situações de crise		17
Atendimento em grupo		2.417
Atendimento familiar		975
Atendimento individual		2.861
Fortalecimento de Protagonismo de Usuários de Centro de Atenção Psicossocial		803
Matriciamento em equipes de atenção básica		53
Práticas corporais		2.968
Promoção de Contratualidade no Território		1.014
Práticas expressivas e comunicativas		5.193

8 - Relatório de Execução do Convênio					
Relatório de Execução do Convênio - 2018					
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	
Total Atividades - CAPS	27648	26464	27648	26933	55296
Acolhimento diurno					
de pac em CAPS	9000	9089	9000	9627	18000
Acolhimento inicial por CAPS	288	321	288	289	576
Atendimento em grupo	5400	5095	5400	5483	10800
Atendimento individual					
em pac em CAPS	1200	1428	1200	1429	2400
Outras atividades em CAPS	11760	10531	11760	10105	23520

9 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30/10/2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 1.506.951,61. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 8, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2018, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica de receita de R\$ 1.280.871,23. Em 2018, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 1.307.928,41. **9.2-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2018 foi de R\$ 226.080,38. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2017, esse montante foi de R\$ 229.929,27. **9.3-Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselheiros, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por

▶ **continuação** base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: *Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceição e Coordenação Luiz Afonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização*. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89; em 2017 estes valores foram de R\$ 8.706,45. Enquanto os outros trabalhos voluntários em 2018 totalizaram R\$ 1,64; em 2017 estes os valores apurados foram de R\$ 0,00. **10-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da S.P.D.M.

O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações

Dr. Vladimir de Freitas Júnior - Diretor Técnico - CRM: 50095

que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11-Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. No Exercício de 2018 o saldo dessa conta é de R\$ 9.038,78. **12-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2018.

Washington de Oliveira da Silva - Contador - CRC: SP-271587/O-8

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis. Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Atenção Psico Social - CAPS Itapeva** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.



LDI
INTELIGÊNCIA
URBANA
COMPLETA

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. e Controladas

CNPJ 07.071.841/0001-39

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

Relatório da Administração: Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017.

Balances Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos	1.162	3.782	193.709	287.764
Circulantes	1.162	3.782	193.709	287.764
Caixa e equivalentes de caixa	16	2.263	20.776	19.190
Aplicação financeira	-	-	1.078	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	4.836
Contas a receber de clientes	-	-	50.599	92.338
Contas a receber pela venda de investimentos	-	-	2.651	-
Imóveis a comercializar	-	-	105.124	152.806
Dividendos a receber	596	940	8.482	10.249
Impostos a recuperar	550	579	3.054	4.094
Outros ativos circulantes	-	-	1.945	4.251
Não Circulantes	317.518	470.301	284.088	672.768
Contas a receber de clientes	-	-	13.761	47.120
Contas a receber pela venda de investimentos	-	-	-	2.400
Créditos com partes relacionadas	-	-	22.164	11.682
Imóveis a comercializar	-	-	10.672	25.303
Impostos a recuperar	-	-	9.201	10.278
Depósitos judiciais	9	9	714	919
Investimentos	301.345	391.314	136.505	212.565
AFAC	16.091	78.882	2.467	8.089
Propriedade para investimento	-	-	74.116	339.303
Imobilizado	21	44	535	737
Intangível	52	52	13.953	14.372
Total dos Ativos	318.680	474.083	477.797	960.532
Balances Patrimoniais	2018	2017	2018	2017
Passivos	89.232	59.766	123.575	376.058
Circulantes	89.232	59.766	123.575	376.058
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21.245	14.711	68.431	309.098
Fornecedores	9	7	8.937	19.046
Obrigações trabalhistas e tributárias correntes	50	42	3.795	5.918
Obrigações tributárias parceladas	-	-	616	814
Impostos com recolhimento diferido	-	-	2.583	5.726
Obrigações por aquisição de imóveis	-	-	14.154	12.713
Adiantamento de clientes	-	-	1.407	6.038
Estrutura técnica	-	-	1.085	2.383
Débitos com partes relacionadas	65.377	42.603	9.784	7.975
Dividendos a pagar	-	-	9.556	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	-	500
Outros passivos circulantes	2.551	2.403	3.227	5.847
Não Circulantes	7.859	81.842	111.033	231.446
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.597	-	81.268	70.734
Obrigações por aquisição de imóveis	-	-	5.000	5.630
Obrigações tributárias parceladas	-	-	1.073	1.726
Impostos com recolhimento diferido	-	-	565	1.749
IR e contribuição social diferidos	-	-	-	19.939
Adiantamento de clientes	-	-	-	99
Estrutura técnica	-	-	-	1.334
Obrigações com parceiros em empreendimentos	-	-	-	3.705
Provisão para perda com investimentos	-	-	244	4.689
Passivos contingentes	-	-	5.142	8.674
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	13.631	19.466
Débitos com partes relacionadas	-	-	79.198	3.576
Outros passivos não circulantes	262	2.644	534	11.885
Patrimônio Líquido	221.589	332.475	243.189	353.028
Capital social	240.579	240.579	240.579	240.579
Opções de ações outorgadas	4.516	4.516	4.516	4.516
(-) Ações em tesouraria	(26.676)	(26.792)	(26.676)	(26.792)
Reserva especial	(59.576)	(56.667)	(59.576)	(56.667)
Reservas de lucros	62.746	170.839	62.746	170.839
Total do patrimônio líquido	221.589	332.475	221.589	332.475
Participação dos não controladores	-	-	21.600	20.553
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido	318.680	474.083	477.797	960.532
Demonstrações do Resultado Abrangente	2018	2017	2018	2017
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(58.093)	(76.270)	(69.440)	(100.904)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente	(58.093)	(76.270)	(69.440)	(100.904)
Atribuível a				
Aos controladores	(58.093)	(76.270)	(69.440)	(100.904)
Aos não controladores	(11.347)	(24.634)	(11.347)	(24.634)
	(69.440)	(100.904)	(69.440)	(100.904)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Opções		Reserva de lucros		Reserva especial		Participação Total do patrimônio	
	Capital social	de ações outorgadas	Ações em tesouraria	Legal de lucros	Resultado abrangente	Total controladores	dos não controladores	líquido e recursos capitalizáveis
Saldos em 31/12/2016	240.579	4.439	(18.405)	17.347	226.411	13.104	483.475	67.661
Venda de ações	-	-	498	-	-	-	498	498
Pagamento baseado em ações	-	77	-	-	-	-	77	77
Recuperação de ações	-	-	(8.885)	-	-	-	(8.885)	(8.885)
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	3.351	-	3.351	-	3.351
Participações dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(22.474)	(22.474)
Resultado de transações com sócios	-	-	-	-	-	(69.771)	(69.771)	(69.771)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(24.634)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(76.270)	-	(76.270)	-	(76.270)
Saldos em 31/12/2017	240.579	4.516	(26.792)	17.347	153.492	(56.667)	332.475	20.553
Venda de ações	-	-	370	-	-	-	370	370
Pagamento de dividendos	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)	-	(50.000)
Recuperação de ações	-	-	(254)	-	-	(254)	-	(254)
Participações dos não controladores	-	-	-	-	-	-	12.394	12.394
Resultado de transações com sócios	-	-	-	-	-	(2.909)	(2.909)	(2.909)
Resultado do exercício	-	-	-	(58.093)	-	(58.093)	-	(69.440)
Saldos em 31/12/2018	240.579	4.516	(26.676)	17.347	45.399	(59.576)	221.589	21.600

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(58.093)	(76.270)	(69.440)	(100.904)
Ajustes para conciliar o resultado com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	23	45	1.541	707
Resultado de equivalência patrimonial	63.445	61.202	(14.860)	(14.080)
Encargos financeiros sobre financiamentos	3.420	889	21.974	41.670
Baixa de encargos capitalizados	-	-	42.034	-
Apropriação de gastos e prêmios de empréstimos e debêntures	-	-	1.597	-
Encargos financeiros sobre tributos parcelados	-	-	85	183
Encargos financeiros sobre débitos com partes relacionadas	(3.210)	9.198	(3.210)	9.198
Variação cambial sobre financiamentos	-	1.324	-	1.324
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento	-	-	1.256	35.970
Impostos com recolhimento diferido	-	-	(4.327)	1.347
IR e CS diferidos	-	-	(19.939)	(2.676)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(766)	6.883
Provisão para credores de liquidação duvidosa	-	-	(6.046)	2.893
Ajuste a valor presente	-	-	(2.792)	-
Provisão para perda do valor recuperável de imóvel	-	-	(4.114)	6.866
Resultado na aquisição de investimentos, venda e outras operações com controladas	(11.518)	(2)	105.788	9.100
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(341)
Opções de ações outorgadas	-	77	-	77
Baixa de imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	-	15.381	2.986
Decréscimo (acréscimo) em ativos:				
Contas a receber de clientes	-	-	77.501	19.379
Contas a receber por venda de investimento	-	-	(251)	(2.400)
Imóveis a comercializar	-	-	84.013	163.104
Créditos com partes relacionadas	-	-	(8.715)	(594)
Impostos a recuperar	29	57	2.117	1.217
Depósitos judiciais	-	(9)	(62)	234
Outros ativos circulantes	344	-	(11.430)	(847)
Total	(58.093)	(76.270)	(69.440)	(100.904)
Demonstrações do Resultado	2018	2017	2018	2017
Receita Operacional Líquida	124.579	124.579	124.579	124.579
Custo dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(106.149)	(106.149)	(106.149)	(106.149)
Lucro Bruto (Despesas) Receitas	18.430	18.430	18.430	18.430
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(3.113)	(3.084)	(43.492)	(76.091)
Equivalência patrimonial	(63.445)	(61.202)	14.860	14.080
Resultado na venda e outras operações com controladas	8.641	2	(12.420)	(9.100)
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	-	(1.256)	(35.970)
Outras receitas operacionais, líquidas	(1)	(9.753)	2.363	-
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	(57.917)	(64.285)	(33.451)	(63.390)
Resultado Financeiro	(3.462)	(13.723)	(67.438)	(42.856)
Despesas financeiras	(3.286)	(1.738)	(13.450)	(7.660)
(Prejuízo) Lucro antes do IR e CS	(58.093)	(7		